
Educação ambiental crítica e ecofeminismo: uma potente lente epistemológica para uma educação ambiental popular e feminista¹

Lisiana Lawson Terra da Silva²

André Luis Castro de Freitas³

Resumo

Este artigo elabora uma reflexão crítica a respeito da articulação da educação ambiental (EA) e do ecofeminismo, ambos de vertente crítica. Para isso, analisa o conceito e as perspectivas da EA e do ecofeminismo, incorporando ao debate a Teoria da Reprodução Social. O objetivo do texto é demonstrar que esta articulação teórica produz uma potente lente epistemológica, a qual permite perceber as opressões que as mulheres enfrentam na sociedade capitalista e patriarcal. Por fim, compreende-se ser urgente que a EA crítica incorpore as perspectivas de gênero e classe em suas análises e considera-se que o ecofeminismo crítico pode contribuir para a construção de uma EA crítica, popular e feminista.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica; Ecofeminismo; Teoria da Reprodução Social; Feminismo Marxista.

Critical environmental education and ecofeminism: a powerful epistemological lens for a popular and feminist environmental education

Abstract

This article elaborates a critical reflection about the articulation of environmental education and ecofeminism, both of which in the critical perspective. For this, it analyzes the concept and perspectives of environmental education and ecofeminism, incorporating the Theory of Social Reproduction into the debate. The objective is to demonstrate that this theoretical articulation produces a powerful epistemological lens, which allows us to perceive the oppressions women face in capitalist and patriarchal society. Finally, it is understood that it is urgent for critical environmental education to incorporate the perspectives of gender and class in its analysis and it is considered that critical ecofeminism can contribute to the construction of a critical, popular and feminist environmental education.

Keywords: Critic Environmental Education; Ecofeminism; Social Reproduction Theory; Marxist Feminism.

Considerações iniciais

Este artigo é um ensaio teórico, no qual elaboramos uma reflexão crítica acerca dos marcos teóricos da educação ambiental (EA) e do ecofeminismo, ambos de vertente crítica⁴. O

¹ Este artigo é fruto de pesquisa de doutoramento ainda em curso e financiada pela CAPES.

² Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande, lisianalawson@yahoo.com.br.

³ Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, dmtalcf@furg.br.

⁴ Este trabalho tem como base os fundamentos da educação ambiental (EA) de vertente crítica, por isso sempre que fizemos menção aos vocábulos referentes a educação ambiental subentendemos a inserção na perspectiva crítica, conforme explicado na primeira parte do artigo.

objetivo do estudo é dialogar sobre o conceito da EA e suas perspectivas analíticas na área da educação com vistas à compreensão da necessidade de alargamento de sua epistemologia ora fundamentada no materialismo histórico e na categoria classe e, ainda, incorporar à esta epistemologia a categoria gênero.

A partir disso, buscamos demonstrar que a EA ao desvelar as opressões que sofrem os seres humanos explorados e expropriados na sociedade capitalista não encontra elementos teóricos que permitam aprofundar a análise em relação à opressão das mulheres. Para tanto, acreditamos ser necessário incorporar às análises em EA a teoria ecofeminista também de vertente crítica, uma vez que esta articula as relações de gênero à categoria classe inseridas na lógica capitalista de exploração das mulheres e da natureza.

Para fazer esse movimento apresentamos a Teoria da Reprodução Social como fundamentação teórica que permite desvelar a opressão patriarcal no sistema capitalista. Acreditamos ser necessário compreender o sistema capitalista estruturado a partir do novo patriarcado que somou à dominação dos homens sobre as mulheres, a exploração do trabalho e dos corpos das mulheres e produziu um corte entre a esfera da produção e a esfera da reprodução social.

Na primeira seção deste artigo, refletimos sobre os conceitos e perspectivas da EA enquanto educação política, transformadora, emancipadora e popular. Nesta seção discutiremos sobre os pressupostos que constituem o caráter crítico desta área da educação e a forma como a EA elabora a análise a partir da opressão e exploração de seres humanos. Em seguida apresentamos a Teoria da Reprodução Social enquanto teoria marxista e socialista que articula as categorias de classe e gênero e que permite desvelar a opressão das mulheres no patriarcado capitalista. Por fim, analisamos o ecofeminismo enquanto teoria que torna possível incorporar o questionamento sobre a exploração das mulheres e da natureza à dimensão transformadora e emancipadora da EA possibilitando a construção de uma potente lente epistemológica para uma EA crítica feminista e popular.

Educação ambiental crítica: uma educação política, transformadora, emancipadora e popular

A EA é uma área de estudos constituída a partir da grande área da Educação e tem como ponto de partida a noção de ambiente enquanto espaço de relações complexas, interdependentes e multidimensionais entre seres humanos, não humanos e natureza, compondo uma ideia socioambiental.

Para Reigota (2014) a EA é uma educação política que tem como objetivo: “[...] a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos” (REIGOTA, 2014, p.13).

Portanto, acreditamos ser uma perspectiva de educação que não é neutra e que busca desvelar as opressões contidas no contexto sócio-histórico dos educandos por meio da participação dos mesmos nos processos educativos.

A EA tem desenvolvido a sua produção do conhecimento a partir de um viés epistemológico específico de sua área de estudo. Para Podewils (2019), a epistemologia enquanto produção do conhecimento de forma teórica, está dividida em *o quê* se pesquisar e em *como* fazer esta pesquisa. A ciência destrincha, analisa, teoriza e constrói conceitos a partir do conhecimento que emerge do cotidiano e dos problemas que surgem da realidade vivida pelas pessoas. Em seguida esse conhecimento já elaborado e organizado pela ciência é devolvido para a comunidade como forma de solucionar e atenuar as questões do dia a dia. Ainda conforme a autora, a problemática central da EA é *o quê* se produz nessa área do conhecimento, uma vez que este *o quê* terá influência no modo de viver da sociedade.

Ainda refletindo a partir da tese de Podewils (2019) a produção de conhecimento teórico da área da EA que está ancorada na problemática *o que fazer*, tem como fundamento um viés ético que conforma este viés epistemológico. É a conexão entre ética e epistemologia que orienta a escolha de alternativas sobre o que e como pesquisar e, assim produzir conhecimento na área da EA.

Ao analisarmos os fundamentos teóricos da EA, destacamos o fato de que Loureiro (2012) afirma que as concepções teóricas e metodológicas, as quais compõem a área, caíram em um esvaziamento, com a utilização dos conceitos de forma a universalizar um discurso ambiental hegemônico. Nesse sentido, o autor reflete que é preciso que sejam retomados e

aprofundados os fundamentos das categorias de pensamento da EA, “[...] principalmente do que significa *transformar, conscientizar, emancipar e exercer a cidadania* em educação e para o ambientalismo, enquanto movimento histórico de ruptura com a modernidade capitalista” (LOUREIRO, 2012, p.20). São essas categorias – chave que constituem e estruturam a produção científica da área enquanto uma educação contra hegemônica.

Da mesma maneira, Pedruzzi (2019) discute a questão da confusão teórica que compõe a área da EA, pois embora a autora esteja refletindo sobre a vertente crítica, acreditamos que esta “[...] empolgação, debates acalorados e posições das mais divergentes” (p.28) pode ser espelhada para toda área da produção de conhecimento em EA resultando em um “cenário caótico onde muito se fala, pouco se entende e o que se entende sabe-se lá se faz algum sentido” (p.28). A mesma autora também busca com suas reflexões, assim como Loureiro (2012), refinar o campo teórico e metodológico que conformam a EA com o objetivo de refletir sobre a prática e a forma como a mesma vem sendo compreendida na área da Educação.

Para melhor compreensão dessa área de produção de conhecimento, caracterizada por uma diversidade conceitual e epistemológica, como vimos anteriormente, acreditamos ser necessário trazer à esta reflexão a análise de Layrargues e Lima (2014). Para os autores o campo social⁵ da EA no Brasil está dividido a partir de três macrotendências político-pedagógicas: conservacionista, pragmática e crítica.

A macrotendência conservacionista de EA está voltada em primeiro lugar para uma ideia de ambiente natural e em segundo lugar para a proteção, amparo e conservação da natureza e de animais, a partir da lógica “[...] conhecer para amar e amar para preservar” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.27) fundamentada na ciência ecológica.

A macrotendência pragmática é uma vertente que deriva da conservacionista a partir do refinamento e da reflexão da área da EA enquanto pedagogia voltada aos problemas ambientais já inserida em uma perspectiva social de meio ambiente. Tais problemas que foram se acentuando no último século com o aumento da degradação ambiental aliada à noção de educação política, calcada na participação dos educandos no processo de produção do conhecimento. A EA pragmática volta-se a questões de reciclagem de lixo urbano, reutilização

⁵ A partir do conceito de campo de Bourdieu *apud* Layrargues e Lima (2014).

de materiais, soluções para consumo de água, entre outros, cujo foco está na educação individual, em que os sujeitos são responsabilizados por suas práticas cotidianas.

Por fim, a macrotendência crítica se diferencia da pragmática ao refletir sobre o modelo societário capitalista de cunho exploratório o qual compreende a natureza e os seres humanos como recursos para a produção e obtenção do lucro. A EA crítica surge junto a outros adjetivos que a constituem: emancipadora, transformadora e popular, isto porque, segundo Layrargues e Lima (2014):

[...] essa opção pedagógica se nutriu do pensamento Freiriano, dos princípios da Educação Popular, da Teoria Crítica, da Ecologia Política e de autores marxistas e neomarxistas que pregavam a necessidade de incluir no debate ambiental a compreensão dos mecanismos da reprodução social, de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações sócio-culturais e de classes historicamente construídas (p.29).

A partir do texto de Layrargues e Lima (2014) percebemos que os autores se colocam como pertencentes à vertente da EA crítica, primeiro porque fazem uma análise da macrotendência pragmática como a dominante e hegemônica, alinhada ao sistema capitalista e que busca, no limite, práticas e reflexões com vistas a reformar, mas não transformar a sociedade. Para os autores, essa macrotendência tem como objetivo se apropriar de práticas contra hegemônicas, retirando o cunho de crítica social com o intuito de refinar o sistema capitalista para continuar no mesmo modelo de relações de exploração da natureza e de seres humanos.

A outra questão apontada pelos autores é o fato de que o objetivo da EA deve ser o de fazer uma análise social, de refletir sobre as práticas educativas que são presenciadas na mídia e na educação formal como pertencentes ou não ao campo da EA. Os autores encerram sua reflexão perguntando quem são os educadores ambientais e se devem possuir formação específica na área para que compreendam seus papéis enquanto críticos de um sistema societário.

A partir disso, refletir sobre a EA com vista à transformação da sociedade e emancipação dos sujeitos requer o comprometimento com grupos de seres humanos oprimidos e vulneráveis

e pensar com eles e a partir dos problemas concretos de suas vidas sobre os conflitos instalados e uma possível solução para a justiça social e ambiental. Problemas como a colonialidade, o patriarcado e o racismo são a base sobre a qual o sistema societário se sustenta, tal que problematizar essa base requer pensar uma outra forma de viver que não seja baseada no capitalismo neoliberal, racista e patriarcal.

Nesse sentido, este trabalho se coloca como pertencente a vertente crítica de EA, pois como coloca Loureiro (2015), esta incorpora em seu conjunto epistemológico a categoria teórica da tradição crítica. No Brasil a constituição das pedagogias críticas que conformam o campo pedagógico da EA são perspectivas pedagógicas histórico-críticas com destaque para a pedagogia libertadora e crítico-transformadora de Paulo Freire.

Nesta mesma linha de ideário emancipatório, Loureiro (2003) discute a noção de transformação na educação a partir de dois eixos que se aproximam das macrotendências de Layrargues e Lima (2014) apresentadas acima: um eixo conservador que busca mudanças superficiais sem modificar o *status quo* em que as mudanças comportamentais são de adaptação e não alteram o modelo de sociedade capitalista que o autor chama de “[...] conotação pseudo-transformadora da educação” (p.38) a qual é hegemônica nos dias de hoje e que trabalha principalmente as questões de reciclagem de lixo, reutilização de materiais, mas sem entrar na reflexão sobre a relação entre produção, consumo e cultura.

O outro eixo denominado pelo autor de revolucionário e emancipatório conduz à crítica radical ao modelo societário contemporâneo, às relações econômicas e às dominações de grupos humanos e não humanos. Este viés de EA procura a transformação integral do ser, pois entende que esta é uma práxis social que busca a construção de um novo modelo de civilização e sociedade em que a “[...] sustentabilidade da vida e a ética ecológica sejam o seu cerne” (LOUREIRO, 2003, p.40). Para isso argumenta que a EA crítica e transformadora é aquela que busca compreender, refletir e teorizar sobre a atividade humana mediada pela natureza e que procura ampliar a consciência por meio do desenvolvimento de uma capacidade analítica. A relação entre teoria e prática humana é que leva à reflexão e a transformação material e da subjetividade do sujeito. Isto posto, esta vertente crítica de EA entende como incompatível ambientalismo e capitalismo.

Vivemos uma crise de múltiplas dimensões, econômicas, políticas, financeiras e, no último século uma crise ambiental. O capitalismo neoliberal exploratório, racista e machista impôs um sistema exploratório da natureza enquanto recurso econômico que é insustentável. Nesse sentido, segundo Freitas e Freitas (2020), vivemos em uma situação-limite⁶ da dimensão socioambiental e, portanto, há a necessidade de questionar sobre os caminhos e possibilidades de novas relações entre os seres humanos e a natureza. É uma crise planetária em que todos serão atingidos, mas os autores discutem sobre como essa crise e a insustentabilidade do sistema atinge de forma violenta os oprimidos, os pobres e os vulneráveis, gerando processos de injustiça social. Para os autores a EA mostra uma dicotomia, entre as duas perspectivas: a ação de preservar inserida na lógica individual e a ação de transformar a realidade a partir da problematização da realidade social.

Em seu artigo, Trein (2012) aborda justamente o sentido da crítica que a EA desenvolve, pois para a autora é por meio do trabalho⁷ que os seres humanos transformam a natureza, o ambiente e as relações sociais. A partir do processo de produção capitalista os seres humanos foram desenvolvendo a ideia de que são cada vez mais cultura e menos natureza provocando com isso uma separação, uma ruptura, a qual permitiu a dominação e exploração da natureza, compreendida, desde então, como recurso. Como explica Trein (2012), “[...] as relações sociais que os humanos estabelecem entre si e a que estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho assumem essa face heterônima, com grande poder destrutivo do ambiente e da vida humana” (p.297), uma vez que em nosso modo de produção o trabalho também se torna uma mercadoria.

A mesma autora coloca que é a partir da categoria trabalho que se torna possível interrogar sobre a forma como se articula a dominação e a exploração da natureza e de seres

⁶ Situação-limite é uma categoria em Freire (2016) que demonstra o conflito da adaptação dos seres humanos a realidade em que se encontram. Para o mesmo autor, quando esses seres humanos não estão envolvidos e envolvendo as situações-limites as respostas desses não serão autênticas. De outra maneira, para Freire (2016) no momento em que, na ação, se instaura a percepção crítica, irá se desenvolver um clima de esperança e confiança que leva os sujeitos a se empenharem na superação das situações-limites e, nesse contexto, quando esses se percebem na fronteira entre o ser e o ser mais está implícito o inédito viável, como aqueles projetos e atos das possibilidades humanas, com intensidade afetiva, cognitiva, política e ética.

⁷ Trabalho como categoria ontológica do ser humano e dentro da perspectiva marxista de análise da sociedade. Ver mais em Netto (2012).

humanos no sistema societário capitalista. Este sistema, fundamentado a partir da contradição entre capital e força de trabalho, vigora desde o século XVIII baseado no imperialismo, colonialismo e patriarcado e se expandiu sobremaneira no século XX a partir de sua fase neoliberal, a qual produziu uma crise social, política, econômica e ambiental. Essa crise é sistêmica, ou seja, não pode ser enfrentada apenas por uma de suas faces. Daí que a crise ambiental articulada às outras colocou limites à expansão do modo de produção capitalista e aprofundou as desigualdades gerando pauperização das populações mais vulneráveis.

Assim, para Trein (2012), a EA tem como objetivo, a partir de uma análise materialista e histórica, buscar desvelar em suas práticas educativas a problematização das relações com a natureza e propor questionamentos sobre em que medida essas práticas produzem leituras da realidade e são crítico-reprodutoras ou crítico-transformadoras. Isto traduz-se no seguinte questionamento: a EA crítica tem potencial para a transformação da realidade das pessoas oprimidas, ou seja, ela produz conscientização e emancipação? Acreditamos que é nessa perspectiva que se elabora o potencial revolucionário da EA crítica. No mesmo viés para Loureiro (2015) a EA crítica deve colocar sob questão “[...] toda verdade socialmente apresentada, afirmada e legitimada e refutar todo e qualquer pensamento que dissocia sociedade de natureza” (p.161). À esta afirmação é possível acrescentar que o objetivo de colocar sob questão os processos sociais, econômicos, políticos e ambientais, que são historicamente construídos, é refletir sobre a realidade e, a partir disso gerar novas ações, buscando ao mesmo tempo transformar essa realidade e construir uma sociedade em que se faça justiça social e ambiental.

Logo, a EA crítica é uma educação política que contempla a reflexão e a problematização das relações sociais, econômicas e políticas entre os seres humanos, não humanos e a natureza, no intuito de constituir a transformação das relações de opressão voltadas à justiça social e ambiental. Para Torres, Ferrari e Maestrelli (2014) essa deve ser “[...] compreendida como uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos — o que implica mudança cultural e social” (p.138).

A partir da elaboração teórica construída, e da EA enquanto uma educação política,

transformadora, emancipadora e popular, percebemos que a *classe* é a categoria através da qual a EA crítica estabelece o seu marco teórico. É por intermédio de uma perspectiva de classe que desvelamos a exploração e a expropriação de seres humanos oprimidos pelo capitalismo e levados à situações-limites de vulnerabilidade socioambiental. No entanto, nosso ponto de reflexão é de que a perspectiva de classe não permite perceber opressões sócio-históricas específicas e relativas às mulheres, uma vez que analisa a opressão de seres humanos em sua totalidade.

Assim, defendemos que a EA situada no contexto de uma perspectiva crítica, necessita analisar como as relações de gênero são centrais para pensar sobre as injustiças sociais e ambientais, já que estas produzem desigualdades, relações de poder assimétricas e opressões, em uma cultura ocidental pautada no androcentrismo. Uma sociedade androcêntrica é aquela que ao naturalizar uma visão de mundo masculina, elabora formas de dominação e opressão dos homens sobre as mulheres, as quais estão atravessadas pelas relações sócio-históricas de um determinado espaço-tempo.

Nesse sentido, o androcentrismo na sociedade capitalista fundamenta uma visão de mundo que elabora e organiza politicamente essa forma de pensar e agir a partir do patriarcado, o qual está firmado na família nuclear, monogâmica e no casamento heterossexual, uma vez que esta sociedade se assenta na propriedade privada, sendo necessário, portanto, controlar a descendência e o patrimônio.

Em vista disso, as mulheres, enquanto grupo oprimido inseridas na lógica de dominação patriarcal, estão expostas ao controle, a dominação e à dependência financeira e cultural dos homens, o que ocasiona muitas vezes a vulnerabilidade socioambiental. Conforme Di Ciommo (1999) as mulheres estão expostas à degradação ambiental, pois devido ao estado de vulnerabilidade vivem em locais de risco ambiental, dependem de água limpa e são responsáveis pela alimentação do grupo familiar. Complementando essa perspectiva, Pearce (1978) argumenta que a maior parte dos pobres do mundo são mulheres, daí o termo *feminização da pobreza*, o qual vem sendo alvo de estudos a partir do século XX.

Dito isto, localizamos esse trabalho a partir da corrente teórica da EA crítica, pois corroboramos com os autores citados quando esses explicitam em suas elaborações teóricas, as

críticas à sociedade capitalista, a partir de uma perspectiva de classe e a necessidade de uma educação política e revolucionária que, ao desvelar as opressões, tenha como objetivo a emancipação dos sujeitos.

Porém, ao refletirmos sobre as categorias da EA crítica, transformar, conscientizar e emancipar a partir de uma epistemologia materialista histórica, a qual compreende os oprimidos de forma totalizante e sem fazer distinções de gênero e raça, chegamos à conclusão que a lente epistemológica da EA crítica não desvela os problemas enfrentados pelas mulheres, pois estas enfrentam opressões mais graves que os homens uma vez que o sistema societário capitalista além da exploração do trabalho está aliado ao patriarcado. Di Ciommo (1999) questiona que a EA necessita aprofundar o estudo sobre as questões de gênero e as teorias ecofeministas, uma vez que novas práticas cotidianas estão a instituir novos estilos de vida mais sensíveis às questões ambientais no último século e essas mudanças são capitaneadas pelas mulheres, as responsáveis pela esfera da reprodução social.

Nesse sentido, compreendemos ser necessário incorporar a esta reflexão uma epistemologia feminista e popular que tem como base o trabalho com grupos de mulheres oprimidas, pobres, invisibilizadas e esquecidas por uma política de Estado que está a serviço do capitalismo neoliberal. O intuito é trazer à discussão da EA a realidade dessas mulheres, através de suas experiências, suas formas de convívio e conjunto de saberes os quais, segundo Eggert (2011) uma vez elaborados e sistematizados, geram conceitos e teorias. Pensar esse movimento de reflexão enquanto um processo pedagógico de Educação Popular, faz muito sentido, pois inserido nesse espírito participativo e de discussão e análise de problemas as mulheres estão amadurecendo ideias, ressignificando experiências e isso é aprendizagem. Inserida nessa concepção e interdisciplinaridade se dá a noção de Educação Popular transformadora, a qual busca formar sujeitos (no caso específico mulheres) críticos e autônomos, pois como nos diz Brandão (2014) a educação popular “é uma ação política e cultural cujas raízes devem ser ainda as do povo” (p.59). É a partir desse ponto de vista que Eggert (2011) analisa as experiências das mulheres e como estas possuem potência transformadora das relações de opressão.

Finalizando, ao tentarmos ajustar a lente epistemológica da EA encontramos no ecofeminismo os elementos teóricos e práticos que permitem o desvelamento das opressões

enfrentadas pelas mulheres, uma vez que essa corrente teórica agrega à análise das relações e da luta de classes, as relações de gênero e a luta feminista e popular, compreendendo assim, que o capitalismo está estruturado na exploração das mulheres e da natureza.

Desvelando a opressão do patriarcado capitalista: a teoria da reprodução social

Para melhor compreender o ecofeminismo entendemos ser necessário refletir sobre a Teoria da Reprodução Social. Partimos da ideia de que o sistema capitalista é um sistema total, unitário e complexo, isto é, não está apenas restrito à área econômica, mas engloba todas as esferas da vida dos seres humanos e o conjunto de suas relações. Se em sociedades pré-capitalistas a produção da vida e de mercadorias se dava junto à esfera da reprodução e do trabalho doméstico, o capitalismo introduziu um corte entre estas duas esferas e as colocou como antagônicas com o objetivo de potencializar a exploração da força de trabalho, criar mais-valor e acumular infinitamente. Essa divisão é caracterizada por um corte de gênero onde as mulheres ficam responsáveis pela reprodução social e os homens com a produção.

Em segundo lugar partimos sustentamos a ideia de novo patriarcado desenvolvida por Federici (2017), em que a autora elabora a especificidade da dominação dos homens sobre as mulheres no sistema capitalista, ao somar à esta dominação, a exploração do trabalho e dos corpos das mulheres e a expropriação de conhecimentos e práticas sociais e culturais. Se, como afirma Lerner (2019), o patriarcado é um sistema que existe a milênios e que vai se transformando com o passar dos momentos históricos da humanidade, sob o capitalismo ele assume uma forma de extrema violência, isolamento e injustiça com as mulheres ao colocá-las como subordinadas e inferiores aos homens.

A teoria marxiana compreende a esfera da produção como aquela onde se dá o trabalho assalariado, a produção de mercadorias e o mais-valor. Esta é a esfera pautada na exploração e expropriação, as quais movem o modo de produção capitalista. Para Fraser e Jaeggi (2020) a reprodução social é compreendida pelas feministas marxistas e socialistas como aquela em que se formam “[...] os sujeitos do capitalismo” (p.46). Nesta esfera da vida é onde se dão as relações que não estão mediadas pelo mercado, como todo o trabalho afetivo e de cuidado, os

quais produzem e firmam as relações sociais e que não recebem qualquer pagamento em troca. Por outro lado, as autoras defendem que este tipo de trabalho é absolutamente necessário à esfera da produção, pois os trabalhadores que compõem a força de trabalho a ser explorada e assim produzir mais-valor, necessitam comer, dormir, ter roupas limpas, criar vínculos afetivos e formas de compreensão de vida para que possam continuar existindo novas gerações de trabalhadoras e trabalhadores aptos para o sistema.

Ao explicar a Teoria da Reprodução Social Batthacharya (2019) faz uma análise de como a teoria marxista ainda possui fôlego crítico e revolucionário enquanto teoria insurgente de combate ao capitalismo. A autora aponta que o marxismo sofre censuras quanto a preocupar-se mais com a categoria *classe* em detrimento da categoria *gênero*, destacando que muitas mulheres já ouviram de seus colegas homens que primeiro é necessária a revolução da classe trabalhadora e que depois viriam as preocupações com as relações de gênero. Mesmo assim, Batthacharya (2019) diz que as mulheres são marxistas porque compreendem esta teoria como a única possível para combater de forma contundente, ou seja, de forma revolucionária, o sistema capitalista e tudo aquilo que se articula a ele, como o patriarcado.

A partir da perspectiva marxista, Batthacharya (2019) compreende que há uma parte de *O Capital*⁸ que foi pouco desenvolvida, pois a autora explica que a força de trabalho é a mercadoria especial e a fonte de mais-valor dentro do capitalismo, pois é ela que produz mercadorias e coloca o sistema em funcionamento. O trabalho é uma categoria ontológica fundante do ser social, ou seja, a partir do trabalho o ser humano torna-se social, logo é categoria central para a compreensão das relações humanas, sociais e com a natureza.

Para Netto (2012) por meio do trabalho os seres humanos transformam a natureza e se constituem como seres sociais. O valor final de uma mercadoria se dá a partir da força de trabalho empregada para a produção dessa mercadoria. Entende-se por força de trabalho os seres humanos que vendem seu tempo, conhecimento e habilidade para o capitalista, o dono dos meios de produção. Desse modo, o trabalho produz valor, mas estas relações estão mediadas por processos sociais e históricos e, portanto, não são relações estáticas. No sistema

⁸ Obra de Karl Marx publicada em 1867 que analisa e critica o capitalismo a partir da crítica da economia política clássica.

capitalista, há a divisão do trabalho assalariado e não assalariado⁹, o primeiro está na esfera da produção e o segundo na esfera da reprodução.

Por outro lado, Batthacharya (2019) afirma que Marx é silencioso em relação a uma pergunta fundamental: quem produz a força de trabalho? A autora afirma que teóricas feministas irão desenvolver o pensamento marxiano de que a força de trabalho produz valor introduzindo a noção de que as mulheres produzem a força de trabalho. São elas, na família que geram, criam, educam, alimentam, vestem, limpam e acalentam os trabalhadores, isto é, todo esse trabalho que está fora das relações de produção e é fundamental para a operação do sistema. Nesse sentido, junta-se à esfera da produção de mercadorias e de valor uma esfera que reproduz essa força de trabalho, tal que a esfera da reprodução social sustenta a produção, pois esta não existiria sem a primeira.

Continuando com Batthacharya (2019), a autora analisa que este trabalho reprodutivo é destituído de valor, uma vez que está fora da esfera das relações de produção, mas continua sendo essencial para o sistema. Afirma ainda que o capitalismo necessita das mulheres para que reproduzam a força de trabalho e que façam isso baseadas em laços afetivos e na família.

Decorre dessa necessidade de mulheres no trabalho reprodutivo a forte opressão e disciplinamento que Federici (2017) discute muito bem em seus estudos. A autora analisa a transição do modo de produção feudal para o modo capitalista e de como se deu essa separação das esferas da produção e da reprodução. Sua análise parte de quatro pontos principais: i) os cercamentos¹⁰ das terras comunais e a expropriação do campesinato europeu, a escravização de pessoas e o colonialismo, que juntos formaram um grande proletariado mundial apto a ser explorado pelos capitalistas; ii) o disciplinamento do corpo das pessoas para o trabalho, atingindo especialmente as mulheres colocando-as como reprodutoras da força de trabalho; iii) a acumulação primitiva, além de ser uma acumulação de capital e de trabalhadores pronto a serem explorados é também a acumulação e aprofundamento de diferenças baseadas na classe, raça e gênero, gerando dominação de burgueses sobre

⁹ Esse antagonismo entre trabalho assalariado e não assalariado é mais forte no início do capitalismo e se mantém nas atividades de cuidado e trabalho doméstico.

¹⁰ Processos históricos iniciados na Inglaterra do século XVI, por meio dos quais as terras comunais são privatizadas e uma massa de camponeses deixa o campo em direção as regiões urbanizadas em busca de trabalho.

proletariado, dos homens sobre as mulheres, da raça branca sobre as outras; iv) a ideia de que o capitalismo não é a evolução histórica de um modo de produção a outro, primeiro porque criou formas de escravidão violentas e, segundo, porque instaurou a divisão entre a própria classe trabalhadora e outros grupos ocultando com isso a exploração, já que a acumulação primitiva necessitou de um aumento vertiginoso de riqueza. Dividir mulheres de um lado da vida e homens de outro foi uma vitória do capitalismo que assim, dividiu a força de trabalho e, mais do que isto invisibilizou o trabalho reprodutivo, como se este fosse algo natural, originou uma degradação social das mulheres e precarizou o trabalho assalariado feminino, tal que disciplinar, reproduzir e expandir o proletariado é o objetivo final desta nova ordem patriarcal.

Seguindo além e refletindo sobre a questão da luta de classes, enquanto motor da história, teóricas como Vogel (*apud* Batthacharya, 2019) pontuam que a reprodução da classe trabalhadora é essencial também para compor a luta contra a burguesia, portanto gerar pessoas, mantê-las vivas, aquecidas, alimentadas, limpas e saudáveis é fundamental para a formação da sociedade de classes. Assim, as mulheres desempenham papel primordial e sofrem outros tipos de opressão e exploração apontadas por Federici (2017) quando a autora explica os processos de cercamento, que além de ser um processo físico de colocar cercas ao redor de um campo e assim privatizá-lo, pode ser compreendido como um processo social no qual a reprodução dos trabalhadores passou do comum (público) para o particular (privado) e da comunidade para a família. A crescente preocupação com a necessidade do aumento da população pertencente à classe trabalhadora gerou duas formas de opressão sobre as mulheres de classes diferentes. Se nas classes proprietárias, burguesia: as mulheres são oprimidas e disciplinadas para manter a propriedade através descendência legítima e dos direitos de herança, as mulheres da classe trabalhadora são oprimidas para renovar, criar e educar a força de trabalho, isto é, os produtores diretos.

Então, a Teoria da Reprodução Social explica que a produção de mercadorias (bens e serviços) e a produção da vida (cotidiana) estão interligadas, isto é, uma não se dá sem a outra. Além disso, enquanto a primeira acontece na economia formal, a outra se estabelece fora da produção, de forma invisibilizada e a custo zero para o capital. Batthacharya (2019) destaca três pontos que se interconectam na reprodução da força de trabalho: i) as atividades de

regeneração da classe trabalhadora como uma casa arrumada, comida na mesa e roupa lavada, para que o trabalhador esteja apto à voltar ao trabalho no dia seguinte; ii) as atividades de cuidado com aqueles que serão futuros trabalhadores como crianças ou que então já estão fora da esfera da produção como os idosos, pessoas com deficiência ou desempregados; iii) e a geração de pessoas, novos trabalhadores, isto é, dar à luz. Todas essas atividades domésticas são desempenhadas em sua grande maioria pelas mulheres e a custo zero para os capitalistas.

Todas as autoras aqui apontadas concordam que o capitalismo é um sistema unitário, pois a esfera da produção e a esfera da reprodução influenciam-se mutuamente. Isto faz com que acontecimentos de uma esfera reverberem na outra. Nesse sentido, ações nas relações capitalistas da esfera produtiva como por exemplo, cortes de salários, redução de jornada ou desemprego em massa, originam mais trabalho na esfera da reprodução ocasionadas pelo aumento da tensão dentro dos lares, violência contra as mulheres, aumento da taxa de alcoolismo e uma infinidade de consequências que impactam a vida das famílias.

Outra questão é que as mulheres não estão apenas na esfera da reprodução, elas também são trabalhadoras e atuam na produção de bens e serviços em trabalhos assalariados. Essa atuação segue em conformidade com a lógica de inferiorização das mulheres no sistema, então o que se percebe são salários mais baixos, empregos de meio período ou precários em que as mulheres são maioria. Além disso, as mulheres são aquelas que são chamadas quando abrem vagas em empregos sazonais ou em períodos de crise financeira quando as empresas precisam demitir os maiores salários e renovar a força de trabalho, tal que são nessas circunstâncias que as mulheres são chamadas à produção.

Portanto, todas as discussões a respeito da esfera da produção, como salários, benefícios, carga horária, creche e outros, precisam levar em consideração as questões de gênero, assim como as questões de classe. Aqui aparecem as desigualdades entre as próprias mulheres, por um lado a pauperização da grande maioria e a ascensão de um pequeno grupo de mulheres aliadas à classe dominante e patriarcal. Elas são altamente preparadas e escolarizadas e galgam cargos e honrarias. Essas mulheres são muitas vezes protagonistas de movimentos que se dizem feministas, embora estejam aliadas ao patriarcado e ao neoliberalismo econômico e pautem suas ações no individualismo, na competição e na

meritocracia. Este feminismo liberal não está preocupado com a maioria das mulheres que enfrentam a pobreza e que são, na maioria dos casos, mulheres racializadas e chefes de família.

Federici (2017) e Mies (2014) trazem importante contribuição ao analisar como a esfera da reprodução e o trabalho doméstico são influenciados pelo imperialismo e o colonialismo com a entrada de mulheres racializadas para a realização do trabalho de cuidado e limpeza em lares europeus, por exemplo, e como isso liberou uma parcela de mulheres para o trabalho assalariado.

Significativa reflexão nesse sentido fazem as autoras Arruzza, Battacharya e Fraser (2019) quando afirmam que o feminismo é para os 99%, isto é para a grande maioria da população (homens e mulheres) da classe trabalhadora e oprimida. As autoras constroem uma crítica ao feminismo liberal e advogam que o movimento feminista deve focar em melhorar a opressão e exploração desses 99% da população e junto a isso pensar a liberação das mulheres, ou seja, a luta do movimento feminista deve ser uma luta anticapitalista.

Nesse sentido, o feminismo para os 99% é um movimento que procura a união com todos os outros movimentos que busquem uma transformação social profunda. Isto é, mais do que pensar as questões das mulheres, esse feminismo é uma luta dos oprimidos e oprimidas e busca outras formas sociais que não estejam baseadas na mercantilização da vida. O feminismo liberal, visto por estas teóricas, é um movimento que prevê a liberação de apenas uma mulher, ou, no melhor dos casos, um grupo muito específico de mulheres. Assim, não há como separar as questões de gênero das de classe, pois que é evidente que há uma divisão de classe entre as mulheres.

A partir dessa perspectiva, as políticas econômicas neoliberais e patriarcais, apoiadas e incentivadas por este feminismo liberal impactam de forma negativa a grande maioria das mulheres pobres e racializadas, precarizando as relações de trabalho assalariado ou retirando elas do mercado e colocando-as em tempo integral no trabalho reprodutivo. Sendo assim, pensamos a esfera da produção a partir da ótica das mulheres, além do que, o capitalismo, que não esqueçamos é patriarcal, se utiliza dessas mulheres diretoras – executivas para reforçar o discurso da igualdade de gênero. O sistema se adaptou para dar oportunidades para uma determinada classe de mulheres e assim ter uma válvula de segurança em relação à

discriminação e desigualdades.

Portanto, o que se percebe é que a luta de classes ainda é a base fundamental da história, é a partir dela que as relações sociais e o modo de produção capitalista, a partir da exploração e expropriação se estabelecem, ademais mudanças amplas nas relações de gênero vão afetar os lucros, pois precisam existir pessoas (no caso mulheres) dispostas a trabalhar por pouquíssimo pagamento.

Muito embora o âmbito do trabalho assalariado e produtivo seja compreendido como antagônico às relações sociorreprodutivas dentro da lógica capitalista, como diz Batthacharya (2019) uma trabalhadora, não desempenha suas atividades apenas no seu local de trabalho, mas também no seu ambiente doméstico, pois ela depende, ainda, de serviços públicos como o posto de saúde, as escolas, as praças etc. Desta forma, toda a reprodução da classe trabalhadora como colocado acima é realizada fora da esfera da produção e o local de trabalho ocupa uma parte da vida de uma trabalhadora e é apenas uma das jornadas múltiplas de trabalho que as mulheres desempenham.

O sistema capitalista compreende esta articulação e interdependência em que opera a esfera da produção e da reprodução. É por isso que esse sistema, através de políticas econômicas neoliberais, ataca os serviços públicos, fazendo com que o cuidado se torne cada vez mais uma responsabilidade da família e sobrecarregando individualmente as pessoas (mulheres em maioria). Tudo isso com o intuito de vulnerabilizar a classe trabalhadora, abrindo brechas e atacando no local de trabalho por meio de redução de salários, benefícios ou corte de horas extras.

Por outro lado, Batthacharya (2019) destaca que assim como o sistema capitalista conhece e se utiliza dessa articulação entre as esferas, também a teoria marxista conhece o processo e, desse modo, a autora irá defender que as marxistas revolucionárias é que podem fazer o elo analítico que liga acontecimentos ditos do âmbito do privado como o fechamento de uma creche e a luta por salários mais altos na fábrica, como acontecimentos que mostram como o capitalismo é um sistema unitário em que a produção é sustentada pela reprodução social. Além disso, as teóricas marxistas atuam em defesa das oprimidas e oprimidos reverberando as lutas que ainda não chegaram no local de trabalho. Assim, ressalta-se a

importância de lutas unificadas que digam respeito às duas esferas, pois a luta deve incluir a esfera da reprodução, mas ela só pode ser vencida na esfera da produção, uma vez que esta é a esfera que produz valor.

Em relação à produção de valor do trabalho não assalariado, Federici (2017) faz uma crítica à teoria marxiana, e aponta que “Marx nunca reconheceu que a procriação poderia se tornar um terreno de exploração” (p.179). A ausência de Marx na análise do trabalho das mulheres na esfera reprodutiva se deveria a dois fatores: seu foco de estudos ficar restrito à reprodução do capitalismo e não à vida enquanto uma totalidade; ou se ele compreendia esse trabalho como algo natural e não uma atividade social e historicamente determinada. Para Federici (2017) foi uma derrota histórica para as mulheres a naturalização do trabalho doméstico como um recurso disponível para todos (que tivessem uma mulher em casa) e a exclusão e desvalorização do trabalho assalariado feminino. Mesmo assim, na compreensão de Federici (2017) a esfera da reprodução também é produtora de mercadorias e incide na produção do mais-valor, uma vez que está inserida nas relações capitalistas e, portanto, sustenta e mantém o modo de produção capitalista.

Nesse sentido, argumentamos que a EA em sua vertente crítica necessita incorporar a Teoria da Reprodução Social para uma abordagem que seja feminista e de cunho popular que, conforme vimos anteriormente, busca a participação e autonomia de mulheres oprimidas. Para isso defendemos que o ecofeminismo, possui os elementos teóricos que facilitam essa articulação, uma vez que se constitui a partir das perspectivas de classe e das relações de gênero, agregando, além disso, a perspectiva colonialista e de exploração da natureza.

Educação ambiental crítica e ecofeminismo: mais do que uma aproximação, uma articulação necessária

Uma nova relação entre seres humanos e natureza pode ser mediada pelas mulheres segundo o ecofeminismo. Esta corrente teórica surgiu em 1974 por meio do encontro da teoria feminista e dos interesses da ecologia. Para Mendoza (2019) do feminismo toma a ideia de que o gênero é construído social e culturalmente e que nesta construção há uma separação de

papéis sociais onde os homens tomam a primazia produzindo um sistema de opressão das mulheres fundamentado na dominação masculina, o patriarcado, e assim estabelecendo, hegemonicamente, uma visão de mundo, comportamento e pensamento, o androcentrismo. Da ecologia profunda toma a proposta de proteger a natureza por meio de uma mudança cultural e buscando um modo de vida alternativo ao atual que priorize uma cultura pró-vida, isto é, busca a construção de uma sociedade não androcêntrica e não capitalista em que haja maior igualdade e justiça social e com isso, mais respeito a todos os seres vivos, humanos e não humanos. Logo, para o ecofeminismo a opressão das mulheres, está intrinsecamente ligada à dominação da natureza e a consequente destruição do planeta, pois fazem parte do mesmo sistema de dominação constituído pelo patriarcado e que uma não será revertida sem a outra.

Inserida na mesma linha ecofeminista, Shiva (2004) conduz sua análise no sentido de oferecer um olhar interpretativo alternativo que compreende a pobreza de forma contrária à cultura dominante moderna e ocidental que rotula como pobres todas aquelas pessoas que não se enquadram na lógica de desenvolvimento capitalista, do progresso e que vivem a partir de práticas tradicionais e sustentáveis. O modelo de desenvolvimento capitalista coloca essas pessoas à margem de uma ideia de progresso e, ao mesmo tempo, destrói estilos de vida que reconhecem seres humanos e natureza como pertencentes a um mesmo ecossistema. Tudo isso produz a pobreza, a miséria, pois essas pessoas, uma vez deslocadas de seus modos de vida não conseguem mais suprir necessidades básicas de subsistência material como a produção de alimentos e a construção de moradas. Isto porque na lógica de progresso se valoriza as grandes lavouras de monocultura, que tomam para si os recursos naturais como água e terra e se desvaloriza as pequenas produções familiares que são deixadas à míngua e onde as mulheres desempenham papel essencial. Segundo Shiva (2004):

[...] a destruição das tecnologias tradicionais, que respeitam a ecologia, que geralmente criam e empregam as mulheres, junto com a destruição de sua base material, é o que geralmente se atribui a ‘feminização’ da pobreza em sociedades que tenham tido que suportar os custos da destruição de recursos

(p.3)¹¹.

Nesse sentido, a autora coloca como alternativa a recuperação de princípios femininos como a vinculação com a terra, a empatia, o cuidado, a construção de sistemas de apoio mútuo que possam romper com o sistema patriarcal e transformar a ideia de progresso, crescimento e produtividade vinculando-as à produção da vida, sendo dessa forma um projeto político, ecológico e feminista.

Também Puleo (2018) nos mostra que em meio a crise ambiental e social é necessária a construção de outro mundo que não esteja baseado na opressão e na exploração. Isto significa modificar o modo de desenvolvimento androcêntrico por outro que possua empatia em relação à natureza e faça uma análise problematizadora das relações de poder. Para ela é necessário valorizar o desenvolvimento em conjunto da razão e da emoção com a universalização de virtudes e atitudes tradicionalmente femininas reivindicando a crítica ante a discriminação das mulheres. Assim, “[...] adotar uma perspectiva ecofeminista igualitária implica em não se fazer política ambiental a custo das mulheres, isto é, favorecendo os papéis tradicionais” (p.19)¹², mas incentivar a sustentabilidade e inovar em relação à divisão sexual do trabalho.

Desse modo, tendo como perspectiva o ecofeminismo, a EA necessita refletir criticamente sobre a subalternidade e a vulnerabilidade socioambiental feminina, discutindo pontos como a valorização dos espaços de convívio feminino, o cuidado com os seres humanos e os não humanos e as práticas e olhares que as mulheres desenvolvem em relação à natureza.

Refletir sobre as relações de dominação implícitas na construção da categoria vulnerabilidade é ininteligível na lógica capitalista e patriarcal. Para isso é necessária outra chave interpretativa, outra visão de mundo, que acreditamos encontrar no ecofeminismo, uma vez que este abarca tanto a necessária crítica ao modelo social capitalista e patriarcal baseado na opressão e exploração das mulheres e da natureza, quanto busca formas alternativas de organização social contra hegemônicas (MIES; SHIVA, 2014). Nesta linha argumentativa Puleo

¹¹ No original: “[...] la destrucción de las tecnologías tradicionales, respetuosas de la ecología, que suelen crear y emplear las mujeres, junto con la destrucción de su base material, es a lo que generalmente se atribuye la ‘feminización’ de la pobreza en sociedades que han tenido que soportar los costes de la destrucción de recursos”.

¹² No original: “Adoptar una perspectiva ecofeminista igualitaria implica que no se puede hacer política ambiental a costa de las mujeres, es decir, favoreciendo los papeles tradicionales”.

(2018) reflete que é necessário que a EA se abra a novas formas interpretativas que privilegiem as perspectivas de gênero, uma vez que há, no mundo inteiro, mulheres que são afetadas por dois tipos de desigualdades: desigualdade no acesso aos recursos e desigualdade no reconhecimento social. As duas questões são constituintes da subalternidade e da vulnerabilidade socioambiental feminina.

Em vista disso, é de fundamental importância o estudo de Federici (2017), uma vez que este mostra o período de formação histórica do capitalismo aliado ao patriarcado e ao colonialismo, como já visto anteriormente. A autora revela uma nova perspectiva de análise materialista histórica do patriarcado a partir do evento da caça às bruxas articulado com a expropriação dos camponeses na Europa (cercamento), o colonialismo e o imperialismo europeu, os quais conduzem ao nascimento da sociedade capitalista. A compreensão de Federici é fazer essa análise a partir de uma lente epistemológica feminista e marxista, por meio da qual a autora analisa o período histórico de transição do sistema feudal europeu ao capitalismo e o porquê desse período estar marcado pela caça às bruxas tanto na Europa quanto no mundo colonizado. A partir desses elementos, compreendemos que as mulheres são as que foram mais prejudicadas, nocauteadas pelo processo de caça às bruxas, pelo disciplinamento de seus corpos, postos a serviço do Estado nascente e a separação entre a esfera da produção e da reprodução do capital.

Dessa forma, o estudo de Federici (2017) desvela em detalhes a formação da sociedade capitalista que tem como base a opressão das mulheres a partir de um novo patriarcado¹³, que se articula com a exploração de parte do mundo colonizado e o surgimento dos Estados Nacionais a partir da lógica burguesa. Tudo isso conforma uma nova divisão sexual do trabalho e a separação entre as esferas da produção do capital como trabalho masculino e a esfera da reprodução de sistema como trabalho feminino. A questão é que, a partir de então compreendemos que o único trabalho constituído de valor é o assalariado e masculino e com isso o trabalho doméstico feminino e toda a esfera da vida privada passam por intensa

¹³ O patriarcado é um sistema de opressão dos homens sobre as mulheres que existe a milênios, conforme Gerda Lerner (2019), mas Federici (2017) mostra em seu estudo que este sistema aliado ao capitalismo e ao colonialismo tomou formas violentas de opressão, porque incluiu a exploração do trabalho e do corpo das mulheres, assim como a expropriação de saberes femininos. Assim, Federici afirma que essa aliança formou o que ela chama de novo patriarcado.

domesticação das mulheres e de seus corpos e por uma naturalização e invisibilização.

Mies (2014) concorda quando afirma que as mulheres não têm nada a ganhar no sistema capitalista que privilegia um crescimento econômico não sustentável a partir da ideia de acumulação de capital sobre todas outras formas de relação e que, portanto, precisam desenvolver uma nova perspectiva de sociedade baseada em outra relação com a natureza, entre as próprias mulheres e entre as mulheres e os homens.

Zein e Setiawan (2017) ao analisarem as várias correntes de ecofeminismo, nos apontam que o ecofeminismo marxista é aquele que analisa a dominação das mulheres e da natureza pelos homens por meio das categorias poder, trabalho e propriedade privada. A conexão entre essas categorias se dá por meio do valor da produção e da reprodução social em um mundo organizado a partir da mercantilização da vida e que chega até o corpo das mulheres, mais especificamente o útero, colocado a serviço da reprodução da força de trabalho. Nesse sentido as autoras apresentadas acima, Federici (2017), Mies (2014) e Mies e Shiva (2014), pertencem à corrente ecofeminista de vertente crítica.

Finalizando e retomando Batthacharya (2019), a autora enfatiza que a esfera da reprodução social é responsável pelas questões mais fundamentais da nossa sociedade, porque são as questões que mais nos tocam como a constituição da família e de filhos, laços de amizade, parentesco e afetividades e que o importante é uma luta integrada contra o capitalismo. Não podemos privilegiar uma esfera em detrimento da outra, isto é, as lutas devem ser complementares, não podemos continuar na crença, que o capitalismo nos coloca, de antagonismo entre as duas esferas como se fossem mundos opostos e que não se comunicam. O marxismo, enquanto teoria insurgente, possui potente lente epistemológica que desvela as opressões que o patriarcado impõe tanto na esfera da produção quanto na reprodução social.

Portanto, todas as lutas importam, as ações afirmativas, as cotas nas universidades, pautas identitárias, lutas por direitos civis, mas em última instância o que as teóricas feministas e ecofeministas marxistas buscam é uma luta unificada e anticapitalista. Como visto anteriormente, o feminismo para os 99% é um movimento teórico que explicita o caráter popular da luta feminista.

Considerações finais

A sociedade patriarcal é interdependente do capitalismo, do colonialismo, e da racialização dos corpos. Todos esses fatores formam um emaranhado que não é possível ser enfrentado separadamente, porque não foram produzidos separadamente, foram produzidos no núcleo da formação do capitalismo.

A lógica do capitalismo é dividir as esferas da vida para que assim possam ser controladas e disciplinadas para a produção do lucro e ao mesmo tempo alienar os oprimidos de sua realidade social e histórica. Essa é uma das lógicas mais antigas do opressor: dividir para conquistar (FREIRE, 2016). Se faz necessário então que os oprimidos, homens e mulheres, tenham uma visão de conjunto, do capitalismo como um sistema total e unitário e assim retomar a força contra o opressor.

O que buscamos por meio dessa reflexão foi demonstrar que a EA crítica necessita alargar seu corpus teórico incorporando as relações de gênero à perspectiva de classe, desvelando a opressão que as mulheres sofrem por meio do novo patriarcado capitalista. É imprescindível pensar sobre opressões que resultam na vulnerabilidade socioambiental feminina e nas formas como as mulheres enfrentam essas opressões, nas relações que estabelecem com a natureza e outras formas de resistência.

Nesse sentido, todos os sistemas de opressão devem ser atacados ao mesmo tempo e a alternativa é pensar outro mundo possível a partir de relações sociais comunitárias, solidárias e de respeito à natureza. A EA crítica necessita ser feminista e popular incorporando essas perspectivas tal que possa realizar uma educação política que busque a transformação e a emancipação de todas e todos.

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BATTHACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n.32, p.100-113, 1. sem. 2019. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>. Acesso em: 22 nov.2021.

BRANDÃO, C. R. Educação Popular e pesquisa-participante: um falar algumas lembranças, alguns silêncios e algumas sugestões. In: STRECK, D. R.; SOBOTTKA, E. A.; EGGERT, E. (org.) *Conhecer e transformar: pesquisa-ação e pesquisa participante em diálogo internacional*. Curitiba: CRV, 2014, p.39-73.

DI CIOMMO, R. C. *Ecofeminismo e educação ambiental*. São Paulo: Editorial Cone Sul; Editora Uniupe, 1999.

EGGERT, E. Quando o privado é transformado em política pública. In: EGGERT, E. (org.). *Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011, p.9-13.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FRASER, N.; JAEGLI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAS, A. L. C.; FREITAS, L. A. A. Retomando a educação ambiental crítica a partir dos pressupostos de Paulo Freire e Enrique Dussel. *Horizontes*, Itatiba, v.38, n.1, p.1-16, jan.2020. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/757/427>. Acesso em: 15 dez. 2021.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v.17, n.1, p.23-40, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. *Ambiente e Educação: Revista de Educação Ambiental*, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-57, jan.2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897/355>. Acesso em: 04 mar. 2018.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetórias e fundamentos da educação ambiental*. Cortez: São Paulo, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e epistemologia crítica. *Remea: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v.32, n.2, p.159-176, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5536>. Acesso em: 02 set. 2021.

MENDOZA, C. A. L. *Ecofeminismo latinoamericano*. Disponível em: <http://www.cecies.org/articulo.asp?id=387>. Acesso em: 01 maio 2019.

MIES, M. *Patriarchy and accumulation on a world scale: women in the international division of labour*. London: Zedbooks, 2014. [Edição Kindle].

MIES, M.; SHIVA, V. *Ecofeminism*. London & New York: Zed Books, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. *The Urban And Social Change Review*, Boston, v.11, n.12, p.28-36, 1978.

PEDRUZZI, A. N. *Sobre presenças e ausências na educação ambiental crítica*. 2019. 143f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://ppgea.furg.br/dissertacoes-e-teses/55-publicacoes-de-2019/569-12241tese-alana-das-naves-pedruzzi>. Acesso em: 19 dez. 2021.

PODEWILS, T. L. *Educação ambiental como complexo orientador para a práxis humana: uma análise a partir de György Lukács*. 2019. 126f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em: <https://ppgea.furg.br/dissertacoes-e-teses/55-publicacoes-de-2019/567-12236tese-tamires-lopes-podewils>. Acesso em: 20 nov.2021.

PULEO, A. H. *Ecofeminismo: para otro mundo posible*. Madrid: Cátedra, 2018.

REIGOTA, M. *O que é educação ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2014.

SHIVA, V. La mirada del ecofeminismo. *Polis: revista latinoamericana*, Santiago, v.9, p.1-10, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/7270>. Acesso em: 10 nov.2018.

TORRES, J. R.; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freiriana. In: LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. (org.). *Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 2014, p.130-167. [Edição Kindle].

TREIN, E. S. Educação ambiental crítica: crítica de que? *Revista Contemporânea de Educação*, [S. l.], v.7, n.14, p.295-308, ago. 2012. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1673>. Acesso em: 20 set. 2021.

ZEIN, L. F.; SETIAWAN, A. R. General overview of ecofeminism. *LaxLars*, Indonésia, p.1-10, 2017.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/335441481_General_Overview_of_Ecofeminism.

Acesso em: 20 set. 2021.

Recebido em dezembro 2021.

Aprovado em julho 2022.